TCE EM PAUTA

tcedorn tce_rn tce_rn TCE-RN_oficial

TCE RN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ANO XXIV | Nº 155 | **JULHO, AGOSTO E SETEMBRO DE 2026** | NATAL/RN

PREVENIR PARA TRANSFORMAR

A nova fase do controle externo

TCE amplia ações de orientação, monitoramento, capacitação e avaliação de políticas públicas para ajudar gestores a evitar problemas e melhorar resultados



Encontros Regionais

O Tribunal mais perto dos municípios

Educação e Primeira Infância

Diagnósticos para melhorar políticas públicas

Emendas Parlamentares

Orientação para a nova era da rastreabilidade

Reforma Tributária

Municípios se preparam para as mudanças

Controle Concomitante

Monitoramento em tempo real evita irregularidades

CONTROLE PARA TRANSFORMAR

A evolução das instituições públicas costuma ocorrer de forma gradual, acompanhando as transformações da sociedade e os desafios de cada tempo. Com os tribunais de contas não é diferente. Sem renunciar às competências constitucionais que lhes foram atribuídas, essas instituições vêm ampliando sua capacidade de contribuir para a melhoria da gestão pública por meio de uma atuação cada vez mais preventiva, orientadora e voltada à efetividade das políticas públicas.

Essa evolução encontra fundamento na própria Constituição Federal. Ao definir as competências do controle externo, o artigo 70 estabelece que a fiscalização deve alcançar não apenas a legalidade dos atos administrativos, mas também sua legitimidade e economicidade. Da mesma forma, a incorporação do princípio da eficiência ao artigo 37 da Constituição reforçou a necessidade de que a Administração Pública e os órgãos responsáveis por seu controle estejam comprometidos com resultados capazes de produzir benefícios concretos para a sociedade.

Nas últimas décadas, esse movimento foi fortalecido por importantes avanços normativos. A Lei nº 13.655, de 2018, que promoveu alterações na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, trouxe novas diretrizes para a atuação dos órgãos de controle, determinando que suas decisões considerem as consequências práticas de suas deliberações e as circunstâncias enfrentadas pelos gestores públicos. A partir dessa perspectiva, o controle deixa de olhar exclusivamente para o passado e passa também a contribuir para a construção de soluções voltadas ao futuro.

Nesse contexto, os tribunais de contas brasileiros vêm desenvolvendo instrumentos capazes de antecipar riscos, produzir diagnósticos, estimular o planejamento, fortalecer a governança e orientar a administração pública. Não se trata de substituir a fiscalização pela orientação, nem de reduzir o rigor necessário à proteção do patrimônio público. Ao contrário. Trata-se de tornar o controle mais completo, agregando à sua dimensão corretiva uma importante dimensão preventiva.

A experiência tem demonstrado que prevenir falhas é tão importante quanto identificá-las. Orientar gestores, disseminar boas práticas, acompanhar políticas públicas, promover transparência e estimular decisões baseadas em evidências são formas de contribuir para uma gestão pública mais eficiente e para serviços de melhor qualidade à população.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte tem procurado atuar em sintonia com essa visão. A fiscalização continua sendo sua atribuição central e indeclinável. Ao mesmo tempo, iniciativas voltadas à orientação dos jurisdicionados, ao monitoramento de áreas estratégicas e à avaliação de políticas públicas refletem uma compreensão cada vez mais compartilhada pelos órgãos de controle de que o melhor resultado para a sociedade é aquele que evita o erro antes que ele aconteça.

O controle externo contemporâneo é chamado a contribuir para a construção de soluções. Essa é uma missão que fortalece as instituições, aprimora a administração pública e reafirma o compromisso permanente dos tribunais de contas com o interesse público.

Carlos Thompson Costa Fernandes
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Antonio Ed Souza Santana

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antonio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO OUVIDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVIEIRA
George Montenegro Soares

CONSELHEIRO SUBSTITUTO
Marco Antônio de Morais Rêgo Montenegro

CONSELHEIRA SUBSTITUTA
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
Marise Magaly Queiroz Rocha

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Marcelo Bergantin Oliveros

CONSULTOR GERAL
Leonardo Medeiros Junior

SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Anderson Leonardo de Oliveira Brito

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Marcelo Santos de Araújo

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos
Thiago Martins Guterres

EQUIPE EDITORIAL

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:
Viktor Vidal

EDITOR:
Heverton de Freitas

PRODUÇÃO E REVISÃO:
Isaac Lira de Almeida
Maria de Fátima Silva de Moraes
Eugênio Parcelle da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Caroline Macedo
Daiana Martins

IMPRESSÃO:
Unigráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis -Natal/RN
CEP. 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: TCE/ccs@rn.gov.br
Facebook.com/tcedorn
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn

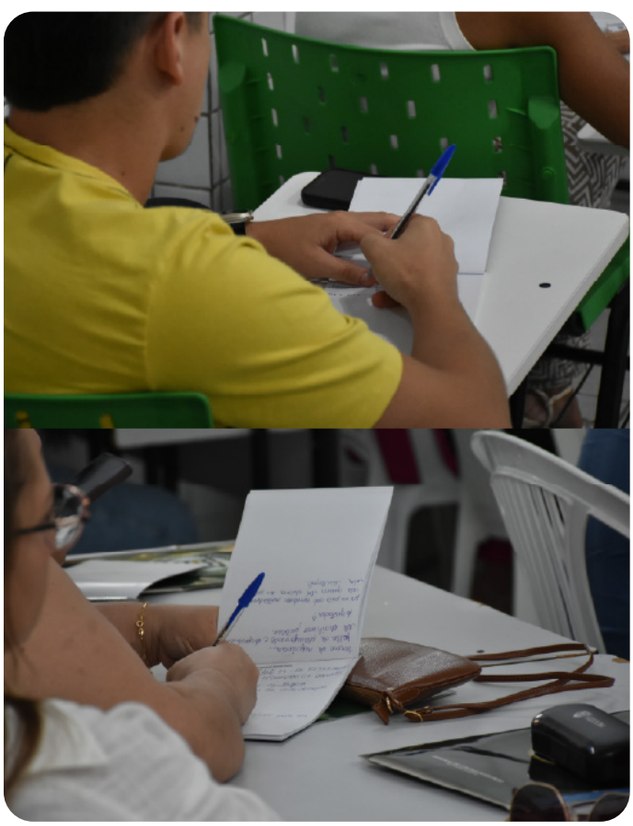
ANTES DO PROBLEMA, A ORIENTAÇÃO

Tribunal amplia produção de diagnósticos, notas técnicas e ações de acompanhamento para ajudar gestores a enfrentar desafios da administração pública



Durante muito tempo, a imagem dos tribunais de contas esteve associada principalmente ao momento posterior aos atos administrativos. Auditorias, inspeções e processos de fiscalização costumavam entrar em cena depois que a decisão já havia sido tomada e seus efeitos já estavam produzidos.

Essa continua sendo uma das atribuições mais importantes das cortes de contas. Mas, nos últimos anos, uma transformação vem mudando a forma como o controle externo é percebido pela administração pública. Em todo o país, os tribunais passaram a investir cada vez mais em instrumentos voltados à prevenção de riscos, orientação dos gestores e acompanhamento de políticas públicas.



No Rio Grande do Norte, essa mudança tem se materializado em diferentes frentes de atuação do Tribunal de Contas do Estado. O objetivo é contribuir para que decisões sejam tomadas com mais informação, planejamento e segurança jurídica.

Para o presidente do TCE/RN, Carlos Thompson Costa Fernandes, essa evolução decorre da própria transformação da administração pública e das demandas da sociedade. "Continuamos exercendo nossa função constitucional de fiscalização, mas os tribunais de contas passaram a compreender que orientar gestores, identificar riscos e produzir conhecimento qualificado também são formas importantes de proteger os recursos públicos e melhorar a efetividade das políticas públicas."

Essa lógica pode ser percebida em iniciativas adotadas nos mais diversos campos da gestão. Nos últimos dois anos, o Tribunal passou a intensificar a produção de notas técnicas, manuais, orientações e documentos destinados a apoiar gestores diante de novos desafios administrativos e normativos.

A estratégia busca reduzir dúvidas, antecipar problemas e criar condições para que os próprios órgãos públicos promovam ajustes antes que eventuais falhas exijam medidas de controle mais severas.

Mulheres

Um exemplo recente veio da política pública voltada às mulheres. Neste ano, o Tribunal publicou uma nota técnica orientando os municípios sobre a criação dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), estruturas responsáveis por coordenar ações de enfrentamento à violência, promoção da autonomia econômica e garantia de direitos.

Segundo a secretária estadual das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Júlia Arruda, a iniciativa ajudou a acelerar esse processo no Rio Grande do Norte. "Antes da publicação da nota técnica, apenas seis municípios

possuíam Organismos de Políticas para as Mulheres. Hoje já são 30 municípios com essas estruturas implantadas."

A atuação orientadora também ganhou destaque diante das mudanças nacionais relacionadas às emendas parlamentares. A partir das decisões do Supremo Tribunal Federal que estabeleceram novos parâmetros de transparência e rastreabilidade, o TCE/RN passou a desenvolver uma série de ações para auxiliar gestores e legislativos municipais na adaptação às novas exigências. Além da publicação da Resolução nº 034/2025, a Corte promoveu capacitações, debates nos Encontros Regionais, elaboração de notas orientativas, publicação de guia prático e o envio de ofícios às câmaras municipais com orientações para adequação dos processos legislativos e orçamentários que já impactarão a elaboração dos orçamentos de 2027.

"Antes da publicação da nota técnica, apenas seis municípios possuíam Organismos de Políticas para as Mulheres. Hoje já são 30 municípios com essas estruturas implantadas."

Júlia Arruda,
Secretária Estadual das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

Esse trabalho conta com a participação permanente da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, que vem ampliando o papel de formação continuada dos jurisdicionados. Além dos tradicionais cursos voltados às áreas de orçamento, licitações e gestão fiscal, a Escola passou a incorporar temas relacionados à transparência, reforma tributária, educação, governança, integridade e controle interno e buscado levar essas informações mais próximo dos jurisdicionados graças aos Encontros Regionais que este ano chegaram a sete cidades polos oferecendo também oficinas de caráter prático, voltadas a temas como licitações e contratos e execução da despesa pública

A experiência ilustra uma tendência que vem se consolidando na atuação do controle externo com a utilização de instrumentos de orientação para induzir melhorias na gestão pública e ampliar a capacidade de resposta dos municípios.

A Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas, implantada na atual gestão, tem ampliado o uso de diagnósticos e levantamentos que ajudam a identificar vulnerabilidades e apontar caminhos para sua superação, inclusive com a formulação de síntese de evidências, instrumento com bases sólidas para criar leis, programas sociais ou diretrizes de determinada política pública.

Para o secretário de Controle Externo, Marcelo Bergantin Oliveiros, orientar não significa abrir mão da atividade fiscalizatória. "A prevenção não substitui o controle. Ela o fortalece. Quanto mais o gestor conhece os riscos e compreende as exigências legais, maiores são as chances de corrigir problemas antes que eles produzam prejuízos à administração pública e à população."

Essa compreensão também tem motivado o fortalecimento do acompanhamento concomitante, dos alertas preventivos e das ações de monitoramento que permitem ao Tribunal atuar durante a execução das políticas públicas, e não apenas depois de concluídas.

O resultado é um modelo de controle que continua exercendo sua função constitucional de fiscalização, mas que passa a incorporar novas ferramentas voltadas à construção de soluções, ao diálogo institucional e à prevenção de riscos.

Reforma tributária no radar do controle externo

Entre os novos temas que passaram a ocupar espaço na agenda do controle externo está a reforma tributária. Embora a transição para o novo modelo ocorra de forma gradual, as decisões que os municípios tomarem nos próximos anos terão impacto direto sobre sua arrecadação futura, sua autonomia financeira e sua capacidade de financiar políticas públicas.

Preocupado com esses efeitos, o TCE/RN passou a desenvolver uma série de ações voltadas à orientação dos gestores. O tema já foi debatido em eventos promovidos pela Escola de Contas, em encontros técnicos e em capacitações voltadas a servidores e jurisdicionados.

No ano passado, foi publicada a Nota Técnica Conjunta nº 02/2025, elaborada em parceria com o Ministério Público do Estado e o Ministério Público de Contas. O documento orienta os municípios sobre medidas necessárias para o fortalecimento da arrecadação própria, a preparação para as mudanças decorrentes da reforma tributária e o gerenciamento dos riscos ao equilíbrio fiscal.

A nota apresenta um conjunto de recomendações relacionadas à atualização dos códigos tributários municipais, fortalecimento das estruturas de arrecadação, modernização tecnológica, implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e preparação para a futura distribuição dos recursos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), criado pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

O QUE A NOTA TÉCNICA RECOMENDA AOS MUNICÍPIOS?

- ☑ Atualizar os códigos tributários municipais
- ☑ Fortalecer as estruturas de arrecadação
- ☑ Modernizar sistemas e bases de dados
- ☑ Ampliar o uso da NFS-e nacional
- ☑ Melhorar a gestão das receitas próprias

Agora, o Tribunal tem buscado uma atuação conjunta com a Receita Federal e a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) para apoiar os municípios na adesão ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter) e ao Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), ferramentas consideradas fundamentais para a adaptação ao novo sistema tributário.

A preocupação é relevante. Levantamento mostrou que, dos 167 municípios potiguares, apenas 19 já haviam aderido ao convênio do Sinter até o início de setembro e a Lei determina que essa integração seja feita até o final deste ano. Dos 19 que assinaram o convênio, apenas Natal e São Tomé concluíram a integração dos seus cadastros imobiliários.

Como parte da estratégia de orientação, o Tribunal elaborou um guia prático sobre o Sinter e o Cadastro Imobiliário Brasileiro, disponibilizado no Portal do Gestor e encaminhado às prefeituras. Também está realizando um diagnóstico para mapear o grau de preparação dos municípios e direcionar futuras ações de capacitação e acompanhamento.

"Os tribunais de contas passaram a compreender que orientar gestores, identificar riscos e produzir conhecimento qualificado também são formas de proteger os recursos públicos"

Carlos Thompson Costa Fernandes,
Presidente do TCE/RN

Segundo o secretário Marcelo Bergantin, a preocupação é preparar as administrações municipais para um cenário que já começou a produzir efeitos. "Nossa atuação é no sentido de orientar os municípios porque a reforma tributária traz uma série de inovações para as quais é preciso estar atento para não perder prazos e não ter prejuízos ou perder a oportunidade de ampliar as suas receitas".

Orientação antes da avaliação

Embora seja conhecido pelos rankings e pela concessão dos selos de qualidade, o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) também exerce um importante papel orientador junto aos gestores públicos. No Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas do Estado tem reforçado essa dimensão preventiva por meio de capacitações, reuniões técnicas e apoio contínuo aos órgãos participantes do programa.

O ciclo 2026 começou ainda no primeiro semestre, com a divulgação dos critérios de avaliação, treinamento voltado aos controladores internos e orientações para que prefeituras, câmaras municipais e órgãos estaduais realizassem os ajustes necessários em seus portais antes do processo de validação. A iniciativa busca transformar o programa em uma ferramenta permanente de aperfeiçoamento da gestão da informação pública.

Uma das etapas mais importantes do processo é a autoavaliação realizada pelos próprios órgãos públicos. A partir dela, gestores e equipes de controle interno conseguem identificar falhas, corrigir inconsistências e promover melhorias antes da análise conduzida pelos tribunais de contas.

"A principal contribuição do PNTP acontece antes da nota final: quando o gestor identifica falhas e tem a oportunidade de corrigi-las."

O programa avalia critérios relacionados à divulgação de receitas e despesas, contratos, licitações, remuneração de servidores, estrutura administrativa e funcionamento dos portais institucionais. O objetivo é assegurar o cumprimento das normas de acesso à informação e fortalecer a transparência pública em todas as esferas da administração.

Ao fornecer parâmetros claros, materiais de orientação e suporte técnico aos jurisdicionados, o programa funciona como indutor de boas práticas e contribui para que os órgãos públicos aperfeiçoem seus mecanismos de transparência.



Este ano os Encontros Regionais foram realizados em sete polos levando conhecimento para mais de mil pessoas

O CONHECIMENTO MAIS PERTO DE QUEM DECIDE

Encontros Regionais transformam capacitação em ferramenta de prevenção para a gestão pública

Levar o conhecimento até onde os gestores estão. Essa tem sido a principal diretriz dos Encontros Regionais promovidos pela Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, iniciativa que vem se consolidando como uma das mais importantes ferramentas de orientação preventiva do Tribunal de Contas do Estado.

Os encontros representam uma mudança na forma como o Tribunal se relaciona com os jurisdicionados. A proposta é aproximar o controle externo dos gestores municipais, descentralizando as atividades de capacitação e oferecendo orientação prática sobre os temas que mais impactam a rotina das prefeituras e câmaras municipais.

A estratégia ganhou reforço nos últimos anos. Em 2025, os encontros passaram a contar com oficinas temáticas voltadas ao esclarecimento de dúvidas e à aplicação prática dos conteúdos apresentados. Em 2026, o projeto foi ampliado com a realização de sete polos regionais distribuídos em diferentes regiões do estado, fortalecendo o acesso dos municípios às ações de formação promovidas pelo Tribunal.

Ao longo do ciclo deste ano, os encontros reuniram mais de mil pessoas demonstrando o interesse crescente dos gestores e servidores públicos pelas atividades de capacitação promovidas pela instituição. Os eventos passaram por Nova Cruz, Caicó, Portalegre, João Câmara, Assu, Mossoró e Natal, alcançando municípios de todas as regiões potiguares.

Segundo o diretor da Escola de Contas, conselheiro George Soares, o crescimento da participação e a receptividade dos gestores confirmam a importância da iniciativa. “Trata-se de uma experiência muito exitosa, que tem levado conhecimento e aproximado o tribunal dos seus jurisdicionados”, resumiu o conselheiro ao avaliar os resultados do ciclo de 2026.

Os temas escolhidos também refletem as principais preocupações atuais da administração pública. Entre os assuntos debatidos ao longo dos encontros estiveram a reforma tributária e seus impactos sobre os municípios, e instrumentos de governança. As apresentações combinaram atualização normativa com orientações práticas para os gestores públicos.

Outro diferencial do projeto tem sido o fortalecimento das oficinas temáticas. Em vez de apenas acompanhar palestras, os participantes passaram a contar com espaços voltados à discussão de situações concretas e ao esclarecimento de dúvidas relacionadas à gestão pública.

Nas edições anteriores, as oficinas abordaram temas como avaliação de políticas públicas e uso de evidências no planejamento governamental, prestação de contas ao Tribunal, planejamento municipal, gestão dos regimes próprios de previdência social, contratações públicas e execução da despesa orçamentária. Os módulos foram conduzidos por equipes técnicas do próprio Tribunal e do Ministério Público de Contas, permitindo

um contato mais direto entre os jurisdicionados e os especialistas responsáveis pelas áreas de fiscalização.

A metodologia tem contribuído para tornar as orientações mais próximas da realidade enfrentada pelos gestores no dia a dia. Questões relacionadas à elaboração de processos de contratação, execução de despesas, prestação de contas, cumprimento de normas e implementação de políticas públicas puderam ser discutidas diretamente com os técnicos do Tribunal, reduzindo dúvidas e fortalecendo a segurança das decisões administrativas.



Formação para prevenir e fortalecer a gestão

Os Encontros Regionais são a iniciativa mais visível da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, mas estão longe de representar toda a atuação desenvolvida pela instituição. Ao longo do ano, a Escola mantém uma programação permanente de cursos, seminários e capacitações voltados às demandas enfrentadas por prefeitos, vereadores, secretários municipais, controladores internos, procuradores e demais agentes públicos.

Os temas escolhidos acompanham os desafios que impactam diretamente a gestão pública. Em 2026, por exemplo, a Escola promoveu cursos voltados à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com foco na utilização do sistema SIAI-AP Concessões e no papel do controle interno na análise dos benefícios previdenciários. As capacitações alcançaram gestores e servidores de diferentes regiões do Estado, contribuindo para a correta alimentação dos sistemas e para a redução de inconsistências nos processos enviados ao Tribunal.

Outro destaque foi a realização do evento Dia da Ouvidoria: Onde a Gestão se Transforma por Meio da Participação, que reuniu gestores, ouvidores e representantes da sociedade para discutir o papel da participação cidadã, da transparência e do controle social na melhoria das políticas públicas. A atividade atraiu mais de 200 inscritos e reforçou a importância das ouvidorias como instrumentos de aproximação entre administração pública e população.

A Escola também participou de iniciativas voltadas ao fortalecimento dos mecanismos de integridade e governança. O evento Corregedoria Preventiva: Antes do Problema, a Consciência debateu como as corregedorias podem atuar não apenas na apuração de irregularidades, mas principalmente na prevenção de desvios e na disseminação de uma cultura institucional baseada na ética e na responsabilidade pública.

Essa linha de atuação dialoga diretamente com uma das principais diretrizes do controle externo contemporâneo: fortalecer as capacidades da administração pública para evitar erros e aprimorar resultados. Ao investir na formação continuada dos jurisdicionados, o Tribunal busca criar condições para que os problemas sejam enfrentados antes de se transformarem em irregularidades ou prejuízos à população.

Para o diretor da Escola de Contas, conselheiro George Soares, a capacitação continua sendo uma das ferramentas mais eficazes para melhorar a gestão pública. "Quando levamos informação de qualidade aos gestores e às equipes técnicas, contribuímos para decisões mais seguras, para o cumprimento das normas e para a melhoria dos serviços prestados ao cidadão. Essa é uma das contribuições mais importantes que a Escola pode oferecer."



DIAGNÓSTICOS QUE AJUDAM A DECIDIR

Levantamentos produzidos pelo TCE/RN ajudam gestores a identificar riscos, planejar políticas públicas e enfrentar desafios antes que eles se tornem problemas

Há vagas suficientes nas creches? Os municípios estão preparados para eventos climáticos extremos? Os instrumentos de controle interno funcionam adequadamente? As políticas públicas estão alcançando quem mais precisa?

Nem sempre o papel do controle externo começa com uma auditoria. Em muitos casos, ele começa com perguntas. Para responder a questões como essas, o Tribunal de Contas do Estado vem ampliando o uso de levantamentos e diagnósticos como instrumento de planejamento, monitoramento e orientação da gestão pública.

A importância desse trabalho foi reforçada pela publicação da Resolução nº 007/2026, que consolidou os levantamentos como ferramenta estratégica do controle externo. Esses estudos vêm produzindo informações capazes de auxiliar gestores na tomada de decisões e no aperfeiçoamento das políticas públicas.

Um dos exemplos mais significativos é o trabalho desenvolvido na área da primeira infância e da educação infantil. Levantamento realizado pelo Tribunal nos 167 municípios potiguares identificou que apenas 31 cidades atendem crianças em creches desde o nascimento. Os demais municípios adotam algum tipo de idade mínima para matrícula, situação que pode ocultar a real demanda por vagas e dificultar o planejamento da expansão da rede de atendimento.

O diagnóstico também apontou que 145 municípios não divulgam listas de espera ou declaração formal de inexistência de demanda, apesar da exigência prevista na legislação federal. Além disso, 129 municípios não possuem critérios de priorização para acesso às vagas e 88 não contam com Plano Municipal pela Primeira Infância vigente.

As informações permitem não apenas identificar fragilidades, mas também apontar caminhos para a melhoria da política pública, contribuindo para que os gestores tenham uma visão mais clara sobre a situação da educação infantil em seus municípios.

A mesma lógica orienta as sínteses de evidências produzidas pela Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP). Recentemente, a diretoria publicou um estudo sobre a oferta de vagas em creches que reuniu pesquisas nacionais e internacionais para identificar alternativas que possam auxiliar os municípios na expansão do atendimento e no enfrentamento das filas de espera.

Outro tema que ganhou espaço na agenda dos levantamentos é a adaptação dos municípios às mudanças climáticas. O Tribunal participou de iniciativas voltadas ao diagnóstico da capacidade de resposta dos entes públicos diante de eventos extremos e concluiu estudo sobre as políticas estaduais de recursos hídricos. O objetivo é compreender o grau de preparação das administrações públicas para enfrentar desafios que tendem a ganhar importância nos próximos anos, como secas prolongadas, escassez hídrica e eventos climáticos cada vez mais frequentes.

A produção de diagnósticos também alcançou áreas como transparência das emendas parlamentares, funcionamento dos controles internos, previdência dos servidores, segurança pública e proteção de crianças e adolescentes. Em todos esses casos, a lógica é a mesma: conhecer a realidade antes de fiscalizá-la.

LEVANTAMENTOS QUE VIRARAM CONHECIMENTO PARA A GESTÃO

- ***Emendas parlamentares*** | Mapeamento da transparência e rastreabilidade dos recursos.
- ***Comprev*** | Análise das contratações de consultorias previdenciárias.
- ***Controle interno*** | Diagnóstico dos controles estruturantes dos órgãos estaduais.
- ***Violência infantil*** | Identificação de riscos e fragilidades nas políticas de proteção.
- ***Segurança pública*** | Avaliação da qualidade dos dados do Sinesp.
- ***Recursos hídricos*** | Diagnóstico da governança da política estadual.
- ***Primeira infância e creches*** | Síntese de evidências para orientar políticas de expansão do atendimento.









RASTREAR PARA DAR TRANSPARÊNCIA

Novas regras para emendas parlamentares transformam atuação do TCE/RN em frente de orientação aos gestores e legislativos municipais

Durante anos o debate sobre emendas parlamentares foi sobre a destinação dos recursos. Nos últimos tempos, porém, ganhou protagonismo a capacidade de acompanhar todo o percurso do dinheiro público, desde a indicação da emenda até sua execução final.

Essa mudança ganhou força a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares. O objetivo é assegurar que cidadãos e órgãos de controle possam identificar de forma clara quem destinou os recursos, qual a finalidade da despesa, onde ela será executada, e como ocorreu sua aplicação.

No Rio Grande do Norte, o Tribunal de Contas assumiu papel ativo nesse processo. A Corte passou a atuar na construção das condições necessárias para que gestores e legislativos municipais se adequem às novas exigências, cumprindo a determinação de que nenhuma emenda pode ser executada sem a Certidão de Regularidade, emitida pelo TCE.

Esse trabalho começou com a edição da Resolução nº 034/2025, que estabeleceu regras para fiscalização e acompanhamento das emendas parlamentares estaduais e municipais. Em seguida vieram notas orientativas, capacitações, participação dos técnicos do Tribunal nos Encontros Regionais e a produção de materiais voltados ao esclarecimento de dúvidas dos jurisdicionados.

A iniciativa mais recente foi o envio de ofício circular às 167 câmaras municipais potiguares orientando os legislativos locais sobre as adaptações necessárias para os orçamentos de 2027. O documento alerta para a necessidade de adequar os processos legislativos municipais ao modelo federal de transparência e rastreabilidade das emendas, em consonância com as determinações do STF.

A medida representa um novo desafio para muitos municípios. Em vários casos, será necessário revisar procedimentos internos, aperfeiçoar normas locais e ampliar as informações disponibilizadas à população. O objetivo é garantir que todas as etapas relacionadas às emendas parlamentares possam ser acompanhadas de forma clara e acessível.

O Tribunal também publicou um guia prático destinado a auxiliar gestores no preenchimento e na divulgação dessas informações nos portais de transparência. O material traz exemplos, orientações operacionais e respostas para dúvidas frequentes relacionadas ao tema.

A estratégia adotada pelo TCE/RN ilustra uma das principais características do controle externo contemporâneo. Antes de cobrar, fiscalizar ou responsabilizar, o Tribunal busca orientar sobre as mudanças exigidas pelo novo marco regulatório.





EDUCAÇÃO E PRIMEIRA INFÂNCIA GANHAM ESPAÇO NA ATUAÇÃO PREVENTIVA

A primeira infância foi escolhida como uma das áreas prioritárias de atuação dos tribunais de contas em todo o Brasil. No Rio Grande do Norte, não é diferente. Nos últimos anos, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) vem ampliando sua atuação na área por meio de ações de orientação aos gestores, produção de diagnósticos, monitoramento de políticas públicas e articulação institucional voltada à melhoria dos serviços oferecidos às crianças e suas famílias.

A iniciativa está alinhada à compreensão de que os investimentos realizados nos primeiros anos de vida têm impacto direto sobre o desenvolvimento educacional, social e econômico da população. Por isso, além de acompanhar a aplicação dos recursos públicos, o Tribunal passou a atuar de forma mais próxima dos gestores, estimulando o planejamento e a adoção de políticas públicas estruturadas para a infância.

Um dos marcos dessa atuação foi a instalação, em 2025, do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação do Rio Grande do Norte (Gaepe-RN). O espaço reúne órgãos públicos, instituições de controle, entidades da educação e representantes da sociedade civil para discutir desafios comuns e construir soluções voltadas à melhoria das políticas educacionais.

Desde então, o Gaepe-RN vem atuando na mobilização dos municípios em torno de temas estratégicos para a gestão educacional. Entre as iniciativas recentes estão as ações para orientar gestores sobre o acesso a recursos da complementação VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) do Fundeb, a mobilização dos municípios para adesão à Prova Nacional Docente e o apoio ao fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação por meio do programa Educação em Rede.

O trabalho também inclui a emissão de ofícios orientativos, recomendações técnicas e ações de articulação com gestores municipais, buscando ampliar a capacidade das redes de ensino de acessar recursos, atender exigências legais e aprimorar sua governança. A lógica é antecipar problemas e apoiar soluções antes que dificuldades administrativas ou falhas de planejamento comprometam a execução das políticas educacionais.

A atuação orientativa é complementada por ações de capacitação desenvolvidas em parceria com instituições ligadas à educação pública. Neste ano, por exemplo, a Escola de Contas professor Severino Lopes e a Undime-RN promoveram formação voltada à gestão dos recursos da educação, abordando temas como financiamento, Fundeb, programas federais, transparência, controle e aplicação eficiente dos recursos públicos. A iniciativa buscou fortalecer a capacidade técnica dos gestores municipais e contribuir para decisões mais qualificadas na área educacional.

A proposta é contribuir para que eles sejam alcançados, fortalecendo a gestão pública e criando condições para que políticas educacionais produzam efeitos concretos na vida da população.

Diagnósticos ajudam a fortalecer políticas para a primeira infância

A produção de conhecimento é uma das principais ferramentas utilizadas pelo TCE/RN para apoiar os gestores públicos na formulação e no aperfeiçoamento das políticas voltadas à primeira infância. Por meio da Diretoria de Avaliação de Políticas Públicas (DPP), o Tribunal vem realizando levantamentos, diagnósticos e estudos destinados a identificar desafios e oferecer informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisões.

Os trabalhos desenvolvidos pela diretoria têm analisado aspectos relacionados à educação infantil, à oferta de vagas em creches, à existência de estruturas de governança voltadas à primeira infância e aos instrumentos de planejamento utilizados pelos municípios. Um dos levantamentos realizados pelo Tribunal apontou que apenas cerca de 31% dos municípios potiguares possuem Plano Municipal pela Primeira Infância vigente, documento considerado fundamental para integrar ações nas áreas de educação, saúde, assistência social e proteção dos direitos das crianças.

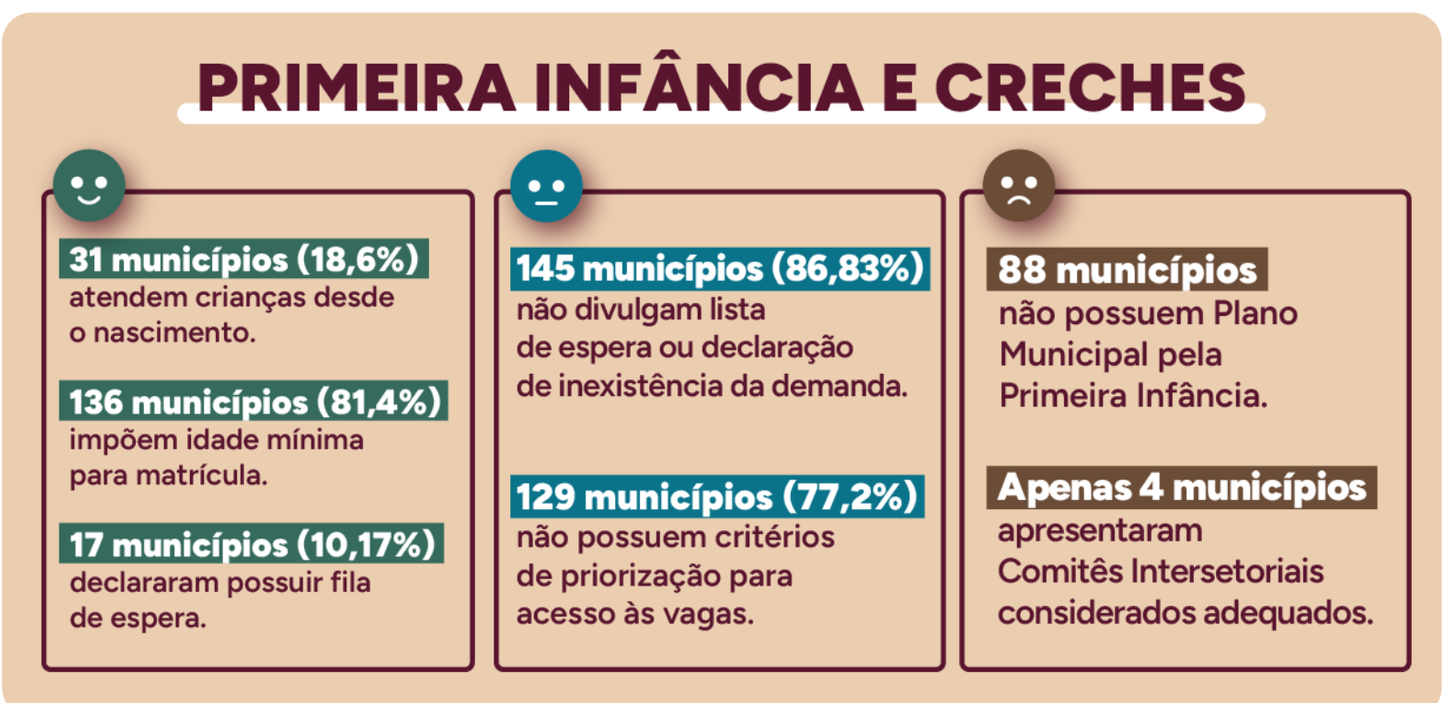
Os estudos também têm permitido identificar desigualdades entre os municípios, mapear gargalos na oferta de serviços e fornecer subsídios para que as administrações locais planejem investimentos e ampliem a efetividade das ações destinadas às crianças de zero a seis anos.

Além da realização dos diagnósticos, o Tribunal trabalha no desenvolvimento de ferramentas de monitoramento e painéis de indicadores que permitirão acompanhar a evolução das políticas públicas voltadas à primeira infância. A proposta é oferecer aos gestores informações atualizadas e acessíveis para apoiar o planejamento e a avaliação dos resultados alcançados.

Esse trabalho ganhou um novo impulso com a recente adesão do TCE/RN à Rede Estadual da Primeira Infância, fórum que reúne órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e representantes do setor privado em torno da defesa dos direitos das crianças. A iniciativa busca fortalecer a articulação entre os diversos atores envolvidos na formulação e execução das políticas públicas para a infância.

O presidente do TCE, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, destaca que a primeira infância passou a ocupar posição estratégica na atuação dos tribunais de contas brasileiros. “Continuamos exercendo nossa função de controle, mas também temos atuado de forma orientativa, acompanhando políticas públicas e auxiliando os gestores na busca por resultados mais efetivos para a população. A primeira infância é uma área prioritária porque os investimentos realizados nessa fase geram impactos positivos para toda a vida”, afirmou.

Para o Tribunal, a combinação entre diagnóstico, monitoramento, orientação técnica e articulação institucional permite ampliar a capacidade dos gestores de enfrentar desafios antes que eles se transformem em problemas mais complexos, fortalecendo uma das principais diretrizes do controle externo contemporâneo: prevenir para gerar resultados para a sociedade.





ACOMPANHAMENTO EM TEMPO REAL

Controle concomitante permite corrigir falhas antes da abertura de processos

A atuação preventiva do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) também alcança a área de pessoal. Neste ano, o TCE deu início a uma nova etapa do controle concomitante com o envio de Alertas Preliminares de Controle (APCs) voltados à identificação de possíveis situações de acúmulo irregular de vínculos públicos.

A ação foi realizada pela Diretoria de Controle de Pessoal e Previdência (DCP) com apoio da Plataforma de Análise de Riscos e Inteligência para o Controle Externo (ArgosTC), ferramenta utilizada para cruzamento de dados e monitoramento contínuo da administração pública.

Na primeira rodada de fiscalização foram encaminhados 89 alertas a 64 órgãos jurisdicionados, entre prefeituras, câmaras municipais e entidades da administração pública. As análises identificaram 297 ocorrências de admissões de servidores que já possuíam dois vínculos públicos anteriores, situações que deverão ser verificadas individualmente pelos gestores para confirmar eventual incompatibilidade com as regras constitucionais.

Os alertas não possuem caráter punitivo nem representam abertura de processo. O objetivo é permitir que os órgãos avaliem os casos apontados, apresentem esclarecimentos e promovam as correções necessárias quando forem identificadas irregularidades.

Segundo o diretor de Controle de Pessoal e Previdência, Allan Ricardo Silva de Souza, o acompanhamento concomitante fortalece a atuação preventiva do Tribunal. "O objetivo é permitir que os gestores identifiquem e corrijam eventuais irregularidades ainda durante a execução dos atos administrativos, reduzindo riscos e evitando a consolidação de situações que possam resultar em prejuízos à administração pública", afirma.

A partir desta experiência inicial, o monitoramento passa a ocorrer de forma contínua, com a emissão de alertas produzidos a partir das análises realizadas pelo ArgosTC. A expectativa é ampliar gradualmente o acompanhamento para outras áreas relacionadas à gestão de pessoal, incluindo admissões, concursos públicos, regimes próprios de previdência e cumprimento dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

SIAI PESSOAL

Como parte dessa estratégia, o Tribunal também instituiu o Sistema Integrado de Auditoria Informatizada em Atos de Pessoal (SIAI-AP Admissões), destinado ao acompanhamento das admissões de servidores efetivos e empregados públicos. A ferramenta moderniza o envio e a análise das informações pelos jurisdicionados, permitindo um controle mais tempestivo dos atos de pessoal e ampliando a capacidade do TCE/RN de identificar inconsistências e orientar correções antes da consolidação de eventuais irregularidades.

CONTROLE CONCOMITANTE *EM NÚMEROS*

89 alertas emitidos

64 órgãos fiscalizados

297 ocorrências identificadas

R$ 1,3 MILHÃO em remuneração mensal associada aos vínculos analisados